



A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon, Vanessa Maurenente e Carolina dos Reis

A PESQUISA COMO CRIAÇÃO DE MUNDOS:

20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção
da Psicologia Social

ORGANIZAÇÃO

Fernanda Amador, Simone Paulon,
Vanessa Maurenre e Carolina dos Reis



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

A pesquisa como criação de mundos [livro eletrônico] : 20 anos do PPGPSI/UFRGS na construção da psicologia social / organização Fernanda Amador...[et al.]. -- Florianópolis, SC : ABRAPSO Editora, 2023. PDF

Vários autores.
Outros organizadoras: Simone Paulon, Vanessa Maurenre, Carolina dos Reis.
Bibliografia.
ISBN 978-65-88473-23-8

1. Ensino superior (Pós-graduação) 2. Pesquisa científica 3. Psicologia social I. Amador, Fernanda. II. Paulon, Simone. III. Maurenre, Vanessa. IV. Reis, Carolina dos.

23-168143

CDD-302

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia social 302

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Projeto gráfico e design de capa: Arnaldo Bublitz
Arte da capa: Vento não se captura, é sentido.
por Zeca Amaral (ezequiel_candidoamaral@hotmail.com)

LARGA A VELHA E VAI PARA A ZONA: DESLOCAMENTOS E DESCAMINHOS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA

Carolina dos Reis

Rodrigo Kreher

Oriana Holsbach Hadler

Neuza Maria de Fátima Guareschi

PRIMEIRA PARTE: A VELHA

Nasci mais ou menos junto com a Modernidade, ao menos dessa forma como vocês me conhecem, lá quando o homem passou a ser tomado ao mesmo tempo como sujeito e objeto da produção do conhecimento. Foi esta época, não raras as vezes lembrada a partir da noção nietzschiana *Der Übermensch*, ou então, super-homem, que acabou por ser consagrada, ainda que resumidamente, pela sentença ‘Deus está morto’, que o meu nascimento, quase como em uma certidão, tem sido registrado.

Se é neste contexto de surgimento de uma série de grandes e modernas formas de organização da sociedade, tais como o Estado, o capitalismo e a ciência, que sou nascida, é porque fui colocada no mundo com a promessa de oferecer as respostas para pelo menos parte destes problemas que começavam a ser colocados por essas transformações: a emergência de um sistema de produção assentando em uma lógica mercantil e a constituição, por exemplo, de universais como o ‘eu’, de uma individualidade inquestionável e considerada inata, da invenção do psicológico.

Surjo, assim, com o propósito de acessar o sujeito, seu interior, seus comportamentos, sua identidade, subjetividade e desvendar formas de conhecer suas questões. Inicialmente, a tarefa que me foi dada era a de transformar o homem e a natureza, que eu acreditava estar encerrada nele em um conhecimento preciso, por meio do qual as famílias pudessem prever desvios, educadores pudessem contornar fracassos e governantes pudessem guiar as condutas de seus governados, a população, para um fim desejável. Enquanto algumas de minhas irmãs vieram ao mundo para desvelar seu funcionamento e solucionar problemas temporários e limitações pontuais, eu

cresci e me fortaleci sobre os erros dos homens, sobre suas perturbações afetivas, seus desajustes no desenvolvimento. Foi só mais tarde que me dispus a assumir uma certa postura propositiva.

Verdade seja dita, eu nunca consegui efetivamente oferecer tais respostas. Algumas de minhas tentativas foram, inclusive, tão desajustadas e contraditórias quanto as questões que me dispunha a analisar. No entanto, seja por necessidade de sobreviver e garantir meu emprego, seja por ego ou por puro charlatanismo. Ao longo dos anos, me tornei competente em fazer crer que é possível sempre com um pouco mais esforço e pesquisa obtê-las ou, no mínimo, chegar próximo delas, de maneira que, mesmo alguns séculos depois, ainda sou frequentemente convocada a oferecê-las. Ainda hoje, não param de bater à minha porta não só estudantes, professores, psicólogos e pesquisadores, mas também advogados, políticos, gestores e toda sorte de sujeitos, buscando respostas para as suas inquietações, desde aquelas tomadas como mais íntimas e pessoais até as mais coletivas e plurais. É verdade que, nestes anos todos, eu consegui construir, se não exatamente respostas, pelo menos caminhos, alguns mais satisfatórios do que outros, para aquilo que me indagavam. Com o tempo se aprende e se fica um pouco bom naquilo que se faz.

É preciso confessar também que tenho certo gozo nas disputas que se estabelecem entre aqueles que querem me dizer de que modo devo agir para atingir os objetivos que me impõem ou aqueles que eu mesma traço. Ainda assim, frequentemente sou levada a dizer-lhes que não é aqui, comigo ou na minha casa, nisso que foi de modo tão deliberado, arbitrário e violentamente circunscrito, que ficou conhecido como de meu domínio, técnica e saber, que necessariamente encontrarão as respostas para aquilo que buscam, desejam, anseiam.

Talvez, nem se trate de respostas exatamente, quiçá sejam novas perguntas, interrogações que os levem a descobrir outros caminhos, formas e forças para isso que os mobilizou e os fez trilhar em minha direção. Por vezes, a renovação dos métodos demanda novas questões de análise (Moraes, 2003). Mas, seja pelo reconhecimento que adquiri, seja por hábito daquilo que aprenderam a conhecer a meu respeito, muitos deles não conseguem movimentar seu pensamento e ficam no meu entorno dizendo mais daquilo que nós já sabemos. Assim, quando isso acontece, sinto-me provocada a questioná-los por que a mim recorrem e digo-lhes: “*larga a Velha e vai pra Zona...* mas saiba que quando quiseres ou se deres por satisfeito, podes voltar e me contar o que encontraste”.

Esta é a história daquilo que aqueles que ousaram seguir este meu conselho encontraram. Daquilo que viram e viveram neste *Fora* de mim. A história dos personagens que conheceram, como os tocaram e por eles se deixaram tocar e assim transformaram suas perguntas, recolocaram suas questões, se tornaram outros sujeitos, trouxeram algo de novo e, em mim, produziram uma diferença...

SEGUNDA PARTE: A ZONA

Várias foram as vezes que me solicitaram orientações precisas sobre onde fica a Zona. No entanto, há na própria pergunta um engano, posto que a Zona não está localizada em um único lugar e, por vezes, não se trata sequer de um espaço físico. Embora seja acessível a todos, nem sempre se consegue acessá-la. Acontece que é preciso uma certa disposição para se afastar de mim, desviar dos caminhos que já percorri e mapeei, atingir os limites do meu território, borrá-los, extrapolá-los. É preciso tomar os limites não como o fim, mas como um ponto de partida para *o Fora*, como “solo de fundação de um processo de diferenciação” (Moraes, 2003, p. 538). Se, em meus domínios, por muitos anos, o erro era um fato a ser corrigido, na Zona a errância é a ferramenta constitutiva da diferença.

Quando lanço esse convite, que mais se parece com uma provocação, empurrão ou ordem de afastamento, o que não digo a nenhum deles é que, na verdade, não existe um dentro ou fora de mim, ou melhor, tudo que existe é o fora de mim. Aquilo que se parece com um dentro, um domínio fechado, circunscrito, não é nada mais do que uma dobra do fora, como já dizia um antigo arquirrival. Em suas palavras, ele explicava que: “O lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos peristálticos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora” (Deleuze, 2005, p. 104). O que ocorre é que, ao dobrar o lado de fora, quase como fazemos com uma linha ou um tecido que se dobra sobre si, forma-se algo como uma invaginação, que cria esse suposto espaço interior, que conservo como se privado fosse, mas cujos limites são feitos do próprio fora. Ainda que defenda com afinco a propriedade sobre meus domínios, sei que esse declive permanece sempre entreaberto, rachado, constantemente exposto às forças do fora.

A Zona é esse momento pré-invaginação, é a exposição ao fora em toda sua potência, ao aglomerado de forças múltiplas que o constitui. Quando falo das forças do fora, falo de força como ação sobre ação. Trata-se de qualquer ação que entra em relação tensa com outra ação, tentando direcioná-la, dobrá-la, circunscrevê-la (Cardoso, 2016), ou nela provocar rachaduras, rompê-la, dispersá-la. O resultado desse jogo de forças é imprevisível, essa é a marca da presença do Fora. O desejo que deposito naqueles que lanço em meio às forças do Fora é o de que encontrem as ferramentas disruptivas das linhas que me contornam, aprisionam e me entediam. Se, ao afirmar isso pareço contraditória, é porque assim o sou, se por um lado defendo meus domínios, por outro, sinto-me atraída pela possibilidade de me perder de mim e me tornar outra.

Por isso, a Zona é por mim temida e desejada, pois ela convida aqueles que nela se aventuram a fazer diferir aquilo que de estagnação há em seus pensamentos.

Os leva a uma relação com a finitude, com a passagem ao limite, “limite do que se pensava conhecer e de como se conhece” (Bernardes, 2014, p. 148). Os lança em caminhos desviantes, os faz tensionar as espessuras temporais e relacionais. A Zona é onde o sujeito se torna menos importante do que a operação que constitui seu pensamento, que o desgarrar dele mesmo, tornando-o outro, a ponto de provocar sua aniquilação, ou até mesmo dissociação (Foucault, 2003).

Um aviso de prudência parece importante de ser oferecido nesse instante. Meu desejo de aniquilação ou dissociação dos sujeitos não se reveste de um caráter meramente destrutivo, se não da compreensão de que sua destruição é parte de um processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização. O que ocorre é que “não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um esforço para se reterritorializar em outra parte” (Haesbaert, 2009, p. 99). É nesse movimento de ruptura, fuga e criação que o pensamento encontra solos férteis para a produção da diferença (Machado, 2009) contra as epistemologias colonialistas, racistas, classistas, machistas, reprodutoras da norma que insistem no mesmo.

A Zona torna-se tão necessária aos deslocamentos, pois quem pensa o pensamento não é um indivíduo, seja ele pesquisador, doutor, psicólogo, professor, estudante etc. Aliás, é somente no final do século XVIII, início do século XIX, que o pensamento passa a ter uma autoria e uma relação de propriedade individualizada sobre ele (Foucault, 2009a). Uma tese ou uma dissertação, por exemplo, requer anos de trabalho de um pós-graduando, mas também de seu professor, requer seminários teóricos, discussões entre os pares, bancas de qualificação, bancas de defesa, interlocutores no campo de pesquisa, requer a leitura do trabalho de outros que os antecederam, investimento em pesquisa, laboratórios, computadores, xícaras de café, copos de cerveja, conversa entre amigos, filmes, prédios, outdoors, trajetos de ônibus, brigas em família, sofás, plantas, aplicativos, reuniões de condomínio, de forma que o corpo do sujeito pensante é uma dentre várias superfícies, nas quais o pensamento circula, se alimenta, se agencia e ganha territorialidade. A Zona se constitui no encontro com humanos e não humanos, corpóreos e fictícios, ainda assim reais, que dão ritmo ao pensamento.

Alguns poderão dizer que este é um percurso perigoso, para outros trata-se de uma experiência brutal. Raros são aqueles que a vivem em sua potência visceral. Contudo, não lhes parece evidente que para nos tornarmos outros é preciso fazer morrer se não tudo, ao menos partes do que se é. Assim, não é à toa, nem tampouco coisa de acaso, que aqueles que se sentem convocados à Zona, não o fazem sós, mas se tornam coletivos. Da mesma forma que a resistência opera onde há poder, plural nos tornamos: “Meu nome é Legião” (Barthes, 2010, p.11), poderíamos dizer. É, nesse sentido, que, quando ocorre um processo de des-re-territorialização, este não ocorre enquanto um fenômeno solitário, mas como corpo maquínico, vivo.

Engendradas umas nas outras, as questões levadas à Zona provocam o deslocamento para viradas de problemas e, um uma-vez-objeto-de-pesquisa se transforma em campo problemático. Esses deslocamentos, por sua vez, costumam-se, rasgando certezas arraigadas e aqueles que na Zona se lançam, dela não voltam os mesmos: “o espaço de uma experiência em que o sujeito que fala, em vez de se exprimir, se expõe, vai ao encontro de sua própria finitude e sob cada palavra se vê remetido à sua própria morte” (Foucault, 2009a, p. 46).

TERCEIRA PARTE: AS FORÇAS DO FORA

Largar a Velha. Diz de um incessante movimento onde pesquisar passa a ser quase como um vício, um movimento de desatino (ausência de juízo ou bom senso sobre coisas uma vez tomadas como verdadeiras); um lançar-se em uma relação com a finitude onde não se depura a morte como o avesso da vida, mas tomam-se ambas pelo caráter de assombro que causam. Em *Cem Anos de Solidão*, García Márquez nos apresenta Amaranta, personagem que se envereda tecendo a própria mortalha em vida. Em um “vício de fazer para desfazer” (García Márquez, 2014, p. 349).

ela tece e destece a vestimenta fora do tempo, deixando-se tomar uma paciência reflexiva que rompe com o “equivoco do desfecho e da origem” (Foucault, 2009b, p. 225).

As forças que na Zona atravessam e constituem aqueles que nela se experienciam dizem desse caminho entre restos, entre cozer um processo de pensamento, desdobrar-se em possíveis questões que, porventura, se transformarão em outras – ou em outros começos – e, por fim, narrar uma pesquisa. Narrar é verbo intrinsecamente ligado a finitude, a uma “linguagem sobre a linha da morte que se reflete em um jogo de espelhos que não tem limites” (Foucault, 2009c, p. 48). Uma relação com a morte e o morrer; com forças impiedosas dos acontecimentos que fazem os transeuntes declinarem de rumos uma vez conhecidos (Fonseca, 2017), os coloca diante daquilo que toma seu pensamento de assalto e os direciona para o que talvez importe ser questionado.

Não parece simples a tarefa de se lançar em uma narrativa que possa assumir os riscos e medos e intempéries e inevitabilidades que a finitude convoca. Para tal, o que alguns fazem é se cercar daqueles que podem lhes auxiliar ao longo do percurso. É assim, ao que tudo indica, que um núcleo de pesquisa se torna lugar para o incessante movimento daqueles que buscam que nada seja abreviado, que haja sempre aberturas para o surpreendente e, principalmente, para a produção de algo que me desloque, mesmo que minimamente, de um lugar uma vez dado como natural. Nas narrativas que surgem daqueles que se lançaram à Zona, a marca que carregam é um desaparecimento da autoria, pois, o sujeito-autor encarna a presença-ausência de um modo de existência e encontra na itinerância

de uma experiência-limite, processos de desubjetivação. Assim, aquele que narra uma pesquisa vai vivendo no umbral da impossibilidade (de viver e de morrer), no extremo do limite. Onde importa menos um “porquê” contar e mais o “como” e a “serviço de quem” contar.

É nesse aspecto que as forças memoriais de narrativas que se tornam foco de algumas pesquisas me deixaram insone. São pesquisas que forçam passagem, que fizeram ecoar brados aprisionados. No seu encontro com o campo da segurança, é Oriana (Hadler, 2017) que faz provocar uma urgência ao atentar para modos como meu conhecimento alimentou um instrumento escatológico da prisão a partir da construção do elemento biográfico, presente na constituição de histórias de vidas infames. Entre arquivos penais, códigos de delitos, e a criação de um sujeito infrator, o biográfico emana enquanto um determinante identitário, uma narrativa desenvolvimentista voltada para uma unicidade da ‘história de vida’, que encerra vidas em biografias-destinos; eis que, a partir de passagens fragmentárias, ela me faz lembrar e, em um exercício memorativo, busca me deslocar dessa relação amaldiçoada e tornar o biográfico força elementar para fazer retumbar ecos de vidas infames, existências muitas vezes destinadas a passar sem deixar rastro, mas que tornam improrrogável o olhar para o que resta.

Na Zona, Oriana é lançada para um encontro com biografias que falam de vidas que não estão fora da escritura, mas que caminham no limiar da palavra. São vidas que, apesar dos inúmeros instrumentos e técnicas desenvolvidas a partir de meu campo de saber para tentar apreendê-las, nunca poderão ser representadas em sua totalidade..., todavia, por efeito desses, se tornam malditas. O que Oriana me mostra é que ironicamente os maldizeres são as forças que não encerram em finais decisivos. Há um convite feito: de encontrar personagens malditos, fragmentários e espectrais que possam provocar urgências no presente. Uma força testemunhal da memória que pouco abala os campos aos quais estou ligada, mas que busca desvios na inseparabilidade que me uniu à segurança.

É através do testemunho que outra jovem pesquisadora tenta me deslocar do lugar que há muito conquistei como enunciadora de vidas malditas. Foi na Zona que a Pamela (Alves, 2018) percebeu que a questão que tencionava sua dissertação de mestrado não eram as testemunhas do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas enquanto categoria de sujeito, mas sim a noção de testemunho como dispositivo de governo sobre a vida destas pessoas e suas famílias. Dispositivo que de alguma forma ela mesma operava, acreditando fazer parte dessa política de proteção. Com isso, lhe foi possível desnaturalizar a ideia de que certas formas de violência e de criminalidade, um problema político e de gestão, isto é, neste caso de segurança pública e política criminal, estariam encerradas no interior destes sujeitos e pudessem ser por mim, e quiçá por profissionais como ela e seus colegas, acessadas, diagnosticadas e, por fim, geridas.

Quando Pamela Alves (2018) retorna da sua incursão pela Zona, o que ela me conta é que para que tais vidas pudessem ser colocadas sob proteção do Estado, elas precisavam ser encaixadas dentro do sentido dado para estas duas palavrinhas - vítima e testemunha - pelas diretrizes da referida política pública e que, para tanto, não era suficiente que tivessem efetivamente sofrido alguma das violências elencadas pelo programa ou se encontrarem sob risco de novas violências ou ameaça de morte. Era necessário que estas experiências fossem validadas, por meio de instrumentos técnicos e de uma série de critérios formais, ao mesmo tempo objetivos e subjetivos, pelos profissionais, técnicos e gestores envolvidos. Ao dizer isso, Pâmela me coloca de frente com os efeitos que as verdades proferidas em meu nome podem produzir na vida desses jovens, de suas famílias, e da forma como a população brasileira, em geral, entende, se relaciona, pensa sobre esses jovens envolvidos em atos infracionais e suas famílias. Ela denuncia minha responsabilidade na objetificação desses sujeitos e me convoca a assumir uma postura implicada ética e politicamente com uma prática que rompa com essa lógica objetificante.

Foi na Zona também que a Carolina dos Reis (2017) entrou em contato com o testemunho do Seu Ernesto, um homem negro de 72 anos que acabara de ficar com paralisia na metade direita do corpo, sequela de um AVC que tinha sofrido recentemente. Ao que ela conta, o AVC deste senhor foi decorrente do elevado nível de estresse gerado pela então ameaça de remoção da casa onde residia há anos, na qual tinha também um pequeno comércio de bebidas. A pergunta que havia levado Carolina até a Zona era porque muitos moradores do local estavam não só aceitando ser removidos de suas casas e de seu bairro, mas às vezes mesmo se demonstrando felizes com essa possibilidade, ainda que isso significasse viver a médio e longo prazo em condições piores do que as anteriores. A conversa com Seu Ernesto a fez perceber que na cidade em que vivem só é considerado cidadão quem é proprietário de alguma coisa. Sair da favela, mesmo em condições precárias, significava ascender à condição de sujeito de direito, ganhar lugar de fala, de legitimidade.

Diferente do testemunho dispositivo do Programa de Proteção da Pâmela, o testemunho-paresiástico de Seu Ernesto, testemunho-desabafo, não capturado pelas estratégias biopolíticas, a faz perceber que os direitos humanos que ela defendia com tanta certeza, eram também eles ferramentas de engajamento do desejo, de inserção de pessoas como Seu Ernesto no ordenamento social e nas malhas da gestão estatal. Por mais que me interessasse em ampliar os domínios do meu saber sobre a cidade e o urbano, o tempo todo a pergunta que devolvia a Carolina era o que ela achava que eu de fato, tinha a ver com a gestão das cidades ou de acesso à moradia. Carolina em seu retorno me convida a refletir com ela e Seu Ernesto sobre as formas de captura do desejo que minam as possibilidades de resistência

às políticas de normalização. Segundo ela, deveria eu colocar meu saber a serviço das forças revolucionárias em busca de modos não privatistas de viver nas cidades. Ajudá-las a entender os mecanismos de captura do desejo e usar as próprias práticas de subjetivação para operar com ele e mudar o jeito como vivemos.

Já para o Rodrigo (Kreher, 2016), a Zona se constituiu na experiência de um equipamento público destinado ao atendimento de jovens considerados em situação de vulnerabilidade sócio-territorial, onde foi possível acessar algumas das estratégias de proselitismo religioso das igrejas neopentecostais lançadas em direção às juventudes empobrecidas. Quando retornou da Zona, o que o Rodrigo me contou foi sobre sua surpresa ao perceber que nesta história, ao contrário do que ele pensava até então, os arranjos de relações estabelecidos entre estas igrejas e os jovens não operam necessariamente pela lógica do controle e da disciplina, mas sim por meio de um complexo jogo de negociações e investimentos, ao mesmo tempo constantes e variáveis, que atravessam e articulam questões como sexualidade, trabalho, emprego e prosperidade econômica.

Foi através destas narrativas juvenis que Rodrigo entendeu que tomar as igrejas neopentecostais como instituições religiosas meramente conservadoras, antiquadas e extemporâneas pode se constituir como um erro de análise. Seus enunciados em torno do sexo e da sexualidade, que os colocam como algo pernicioso, equivocado antes do casamento e condenável entre pessoas do mesmo sexo, não devem ser tomados como o retorno de ideias do passado, mesmo porque tais instituições são uma invenção contemporânea e genuinamente brasileira, muito pouco coincidindo com outras formas históricas de organização religiosa.

Quando uma jovem negocia o conteúdo de suas letras musicais para gravar um CD com o apoio da sua igreja, vislumbrando aí a possibilidade de construção de uma carreira artística e um jovem renuncia o seu afeto pelos rapazes, investindo na profissão de pastor e sendo auxiliado na construção de um projeto de família heterossexual, também é porque são questões que os interpelam cotidiana e contemporaneamente e, ainda, enquanto estratégias de governo, encontram força e justificação não só no interior de um paradigma religioso, mas também biopolítico. Rodrigo então emprega algumas de minhas tecnologias de pesquisa não somente para análise das estratégias de disciplinamento dos jovens pelas igrejas, mas para compreender os complexos mecanismos que atualizam suas lógicas institucionais e enlaçam os jovens a elas.

Diferente do testemunho da fé, exposto no celibato dos jovens evangélicos encontrados pelo Rodrigo na Zona, na dissertação da Fernanda (Bassani, 2013) é o sexo quem dá testemunho. A partir da visita íntima, Fernanda coloca a prisão em análise, as relações, acordos e negociações que produzem o dia a dia dessa instituição. A visita íntima faz ver e falar das práticas de governo e de resistência que extrapolam as lógicas estatais. Ao voltar da Zona Fernanda conta que, ao

chegar no Mestrado da UFRGS, ela olhava para seu problema de pesquisa de uma forma estruturalista e individualista. Isto é, queria entender como era possível tantas relações afetivo-sexuais iniciadas na prisão e como aquele lugar recebia tantas mulheres nos dias de visita, mesmo sendo sujo, longínquo e perigoso. Seu olhar inicial, naturalmente inquisitório, se voltava para as mulheres: *Por que elas os visitam? Que fetiche é esse? Então posso estudar o “amor bandido”?*

Fernanda largou a Ciência, largou o indivíduo e foi para a Zona. Sem o solo firme que o estudo do indivíduo e de suas supostas essências patológicas garantia até então sob seus pés, Fernanda voltou seu olhar para a própria prisão. Passou a investigar em que momento a sexualidade começou a ser autorizada e legitimada pela instituição prisional e o que isso dizia e fazia ver da utilidade do sexo para a prisão, enquanto forma de governo destas populações. Descobriu que foi na década de 1990 que a visita íntima foi autorizada, exatamente na mesma época em que pipocaram motins nas prisões de todo o Brasil. Com isso, Fernanda me mostra que é possível colocar meu conhecimento não a serviço das formas de governamentalização dos presos e da sua sexualidade, mas do tensionamento dessas práticas de gestão.

QUARTA PARTE: O LADO DE DENTRO DO LADO DE FORA

O convite para compor escritas em homenagem aos vinte anos do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS é também um convite para olharmos para a nossa história como grupo de pesquisa e refletirmos sobre o que pesquisamos, por que pesquisamos, para quem pesquisamos, como o fazemos. O Núcleo de Estudos em Políticas e Tecnologias de Subjetivação (Núcleo *E-politics*), assim como o PPGPSI, tem mais de vinte anos de história. Desde a segunda metade desse período, o Núcleo passou a fazer parte do PPGPSI/UFRGS, onde compartilha de um solo fértil de interlocução com pesquisadores de iniciação científica, extensionistas, estudantes de mestrado, doutorado, pós-doutorado, docentes, técnicos, parceiros inseridos nos mais diversos movimentos sociais, instituições públicas, entre muitos outros, que tem como compromisso comum a busca de um incessante exercício de reflexão que não dissocia as questões teórico-metodológicas de suas implicações ético-políticas. No entanto, em sua origem, o Núcleo compartilhava espaços institucionais com grupos de pesquisa com filiações teóricas, epistemológicas e políticas que eram por vezes tão distantes das suas que não era incomum desconfiarem que aquilo que fazíamos não dizia respeito ao campo de saber da Psicologia.

A questão em si poderia ser facilmente desmontada pela simples devolução da pergunta a quem quer fosse o interlocutor ou estivesse ele assentado no terreno psicológico que preferisse, isto porque, em verdade, as discussões sobre o que seria

o psicológico do homem ou qual a essência do saber da Psicologia é tão antiga quanto contemporâneas e a variedade de respostas só evidencia a impossibilidade desse fechamento essencialista e identitário. A Psicologia, por mais povoada de movimentos endógenos e privatistas que possa estar, permanece com seus domínios sempre em aberto. Justamente porque, esses movimentos são tantos e seguem em constante batalha uns com os outros, que fazem com que essas fronteiras não possam ser nitidamente desenhadas. Logo, não haveria exatamente um dentro em relação ao qual nossas pesquisas estariam fora. Ainda assim, a pergunta sobre nossa pertença ao terreno *psi* provocava um forte desejo de nos afirmarmos situados no fora, de nos afastarmos desse campo ao qual éramos tidos como estrangeiros. A escolha, no entanto, seguiu sendo a de nos mantermos do lado de dentro do lado de fora, não para nos engajarmos em disputas por territórios *psis*, mas para mantermos os tensionamentos que contribuem e intensificam a presença das forças do fora, para que essas sigam produzindo processos de diferenciação, de desterritorialização e reterritorialização.

A orientação, tão icônica quanto concreta, dada ao longo desses 20 anos aos estudantes vinculados ao Núcleo, de largarem a Velha e irem para a Zona, busca justamente provocar descaminhos que levem ao deslocamento da produção do conhecimento em Psicologia. No entanto, são deslocamentos que buscam não somente produzir diferenciações, mas fazer com que estas venham acompanhadas de uma ética pautada pelo enfrentamento de epistemologias epistemicidas presente no delineamento e na estruturação dos terrenos *psis*.

Ainda assim, a questão que tem nos interrogado ao longo desse percurso e como efeito desse convite à escrita em específico é o quanto esses movimentos têm conseguido efetivamente provocar rupturas nessas lógicas classistas, colonialistas, racistas, machistas que sustentam muitas técnicas e instrumentos psicológicos. Ou seriam essas rachaduras ainda pouco expressivas frente às forças das práticas normatizantes e excludentes? Teríamos nós, por meio da busca incessante na produção do novo, de torções no próprio campo de saber, contribuído para a ampliação, manutenção, atualização e fortalecimento desse campo, e com ele, das estruturas de poder que o constituem? Estaríamos nós multiplicando o alcance da Psicologia, levando-a para junto dos movimentos sociais ou fortalecendo sua presença nas políticas públicas, sem conseguir romper significativamente com sua lógica imperialista? Permaneceria a Velha inabalável em seus domínios, sempre atenta às possibilidades de expandi-los e atualizá-los?

REFERÊNCIAS

- Alves, Pamela N.** (2018). “Quanto vale ou é por quilo?” a produção do testemunho como peça processual [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Barthes, Roland** (2010). *Aula*. 18ª ed. Cultrix.
- Bassani, Fernanda** (2013). *Visita Íntima: o gerenciamento da sexualidade nas prisões do Brasil*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Bernardes, Anita** (2014). Trabalhar conceitos como um exercício de transgressão: acontecimento e acontecimentalizar. *Polis e Psique*, 4(2), 143-154.
- Cardoso, Carlos Antonio** (2016). A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. *Fractal, Rev. Psicol.*, 28(2), 242-251. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000200242&lng=en&nrm=iso> DOI: 10.1590/1984-0292/1458
- Deleuze, Gilles** (2005). *Foucault*. Brasiliense.
- Fonseca, Tânia Maria Galli** (2017). O destino não pode esperar: apontamentos sobre a inelutável improrrogabilidade. *Polis e Psique*, 7(1), 6-24. <http://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/71844>
- Foucault, Michel** (1990) Qu'est-ce que la critique? In *Conférence du 27 mai 1978, Bulletin de la Société Française de Philosophie* 2 (pp. 35-63). Armand Colin.
- Foucault, Michel** (2003). Cómo nace un ‘libro-experiencia’: entrevista realizada por Ducio Trombadori (1978). In G. Indij (Ed.), *El yo minimalista y otras conversaciones* (p. 918). La marca.
- Foucault, Michel** (2009a). O que é um autor (1969). In M. de B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 264-298). Forense Universitária.
- Foucault, Michel** (2009b). Distância, Aspecto, Origem (1963). In M. de B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 219-242) Forense Universitária.
- Foucault, Michel** (2009c). A Linguagem ao Infinito (1963). In M. de B. Motta (Org.), *Ditos e Escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (pp. 47-59). Forense Universitária.
- García Márquez, Gabriel** (2014). *Cem Anos de Solidão* (83a ed.). Record.
- Hadler, Oriana H.** (2017). *Biografias malditas: experiências narrativo-ontológicas entre psicologia e segurança* [Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Haesbaert, Rogério** (2009). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade* (4ª ed.). Bertrand Brasil.
- Kreher, Rodrigo** (2016). *Ou caminha com Deus, ou dança com o Diabo: igrejas neopentecostais e o governo da juventude pobre* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Machado, R.** (2009). *Deleuze, a Arte e a Filosofia*. Zahar.
- Moraes, Marcia** (2003). A Psicologia como reflexão sobre as práticas humanas: da adaptação à errância. *Estud. Psicol.*, 8(3), 535-539. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000300021&lng=en&nrm=iso 10.1590/S1413-294X2003000300021

Reis, Carolina dos (2017). *Cidade e Direitos Humanos: o comum como exercício ético da vida urbana* [Tese de Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].